

# Governo quer privatizar Sistemas Penitenciário e de Atendimento ao Adolescente Infrator

Mais um reflexo do avanço das reformas neoliberais no governo LHS

O governo LHS avança em suas reformas neoliberais e aprofunda o desmonte de serviços público essenciais, a exemplo do PL 0601-9/2007, que privatiza os Sistemas Prisional e de Atendimento ao Adolescente Infrator.

O Deputado Edson Piriquito, da base aliada do governo LHS, apresentou à Assembléia Legislativa Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a privatizar as Unidades Prisionais do Estado. A proposta inclui as Penitenciárias, a Casa de Custódia e Detenção, o Instituto de Readaptação Social, os Presídios, CIP's e CERs.

O SINTESPE, na qualidade de representante dos trabalhadores do serviço público, denuncia mais esta prática privatista, que visa o desmonte da máquina administrativa do Estado, transferindo para a iniciativa privada competências administrativas do Estado/Governo.

O Projeto está sendo apreciado na Comissão de Constituição e Justiça da AL e sua tramitação foi paralisada graças ao pedido de vistas apresentado pela oposição, a pedido do Sindicato.

Segurança Pública é um dever do Estado e o Sindicato entende que este deve exercê-lo em sua plenitude, sem intervenção da iniciativa privada. É sabido que na capital o maior interesse dos empresários não é gerir o Sistema Prisional, mas sim tomar posse do terreno que abriga os Presídios e a Penitenciária, localizado num dos bair-

---

A privatização significa a entrega do Sistema Prisional catarinense aos empresários, para explorarem a mão-de-obra barata

---

ros mais valorizados da ilha em termos imobiliários.

A privatização significa a entrega do Sistema Prisional catarinense aos empresários, para explorarem a mão-de-obra barata e, em muitos casos, sem a devida ressocialização e qualificação do sentenciado e preso. Assim, o setor privado economiza com o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas decorrentes do contrato de trabalho e outros direitos do trabalha-

dor.

Por outro lado, a privatização reduz a necessidade de contratação de mão-de-obra qualificada, colocando em xeque a situação dos Agentes Prisionais e monitores, que hoje integram os quadros do Estado depois de passarem por concurso público. Recentemente, diversos grupos passaram por formação na Academia da Polícia Civil para se prepararem para as funções que vão exercer.

É impossível trocar esse corpo de funcionários qualificados por trabalhadores terceirizados ou ACTs, que desconhecem totalmente a realidade de trabalho dentro das Unidades desses dois Sistemas. São profissionais que não terão acesso à devida formação, capacitação e treinamento que hoje são aplicados dentro da Academia, uma conquista que é fruto de reivindicações dos Monitores e Agentes junto com o Sindicato nesses quase 20 anos de lutas.

O SINTESPE entende que o direito constitucional à segurança pública deve ser preservado em sua plenitude, conforme estabelece a Constituição cidadã de 1988.

**É obrigação de cada trabalhador fazer frente à essa iniciativa nefasta do governo de privatizar a Segurança Pública. Cada um tem responsabilidade nessa luta. Somente com a força da categoria o SINTESPE terá a força necessária para barrar a entrega dos Sistemas Penitenciário e de Atendimento ao Adolescente Infrator ao setor privado. Fique atento às convocações do SINTESPE e participe das atividades proposta. A presença de cada um será indispensável nessa batalha!**

## IPREV acaba com aposentadoria especial de Agentes e Monitores

O Projeto (PLC 0050.6/2007), que cria o IPREV, modifica o regime previdenciário dos servidores estaduais e traz uma série de prejuízos ao conjunto da categoria. Em particular para os Agentes e Monitores, bem como Policiais Civis, O Projeto impõe o risco da perda da aposentadoria especial, conquistada em 2006.

O artigo 57 do PLC estabelece que estes profissionais perderão as condições especiais de aposentadoria prevista nas Leis Complementares Estaduais nº 334/06, 335/06 e 343/06.

A conquista da aposentadoria especial para os Agentes Prisionais e Monitores foi fruto de uma luta histórica empreendida pelo SINTESPE com apoio dos servidores públicos

deste segmento. Agora o governo tenta aplicar mais esse golpe contra a conquista desse direito, que ainda não foi usufruído pelos trabalhadores da Segurança Pública.

---

O governo tenta aplicar esse golpe contra um direito conquistado há apenas dois anos e que ainda nem chegou a ser usufruído

---

É hora de lutarmos pela preservação deste direito que o governo tenta retirar de forma traiçoeira. **ENGAJE-SE NA LUTA DO SINTESPE PELO ARQUIVAMENTO DO PROJETO QUE CRIA O IPREV.** Participe das visitas semanais aos deputados estaduais, às quintas-feiras, a partir das

9h da manhã, na Assembléia Legislativa, em Florianópolis. Permaneça atento às convocações do SINTESPE e participe de todas as atividades programadas.

O esforço de cada um é essencial neste momento de resistência. É responsabilidade de cada Agente e Monitor se engajar nessa batalha pela **MANUTENÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS.** O empenho pessoal se refletirá na conquista de todos contra a retirada de direitos históricos da categoria.

O SINTESPE conta com a participação de cada um servidor para fazer frente ao governo e aos deputados estaduais da Assembléia Legislativa que querem aprovar este projeto. O Sindicato precisa da força dos servidores para vencer mais essa batalha!

**PARTICIPE DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO SINTESPE NA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA NOSSA PREVIDÊNCIA.**

**O COMPROMISSO É DE TODOS!**

**MANTENHA-SE INFORMANDO ACESSANDO AO NOSSO SITE:**

**[www.sintespe.org.br](http://www.sintespe.org.br)**